

ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2014  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Antes de entrarmos em Breves Comunicações, deputado Kennedy Nunes, primeiro secretário desta Casa, gostaria de fazer o registro da presença, no plenário, de um grupo de mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas, que estão usufruindo de um prêmio que ganharam no ano passado no encontro das mulheres, em comemoração aos 30 anos do movimento.

Elas estão aqui, no litoral e região, tendo, além do conhecimento, um momento de lazer conhecendo vários pontos turísticos.

Sejam todas bem-vindas, sintam-se em casa neste Parlamento Catarinense, que as acolhe de coração aberto.

Obrigado pela presença de vocês.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, que fez uma troca com o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, meus cumprimentos ao grupo que está fazendo esta visita à Assembleia Legislativa.

Gostaria, nesta tarde, de falar sobre um projeto de lei que dei entrada nesta Casa criando um programa de saúde itinerante no estado de Santa Catarina.

Temos abordado nesta Casa por inúmeras vezes os temas relacionados à saúde e às ações que estão sendo desenvolvidas, aos programas que estão sendo desenvolvidos em termos nacionais, estaduais e até mesmo, em alguns casos, municipais.

Nós sabemos que tivemos avanços importantes, mas que em diversos municípios, principalmente nas regiões mais interioranas, nas áreas rurais, ainda não se chega de fato como se quer com os programas de saúde.

A intenção que tivemos ao apresentar esse programa é buscar atender exatamente essas regiões que têm maior dificuldade. E essa é uma experiência exitosa que leva atendimento médico de várias especialidades e procedimentos laboratoriais às comunidades do interior, priorizando, principalmente, as ações preventivas. E no caso de diagnóstico de doença grave o paciente sendo encaminhado para fazer o respectivo tratamento numa unidade de referência.

Já existem municípios, como, por exemplo, São José do Rio Preto, que adotam esse modelo que, com certeza, tem dado resultados extremamente positivos. Essa equipe de saúde de uma unidade móvel de saúde, com uma equipe multidisciplinar composta por médicos, enfermeiros, dentistas, auxiliares de saúde bucal, supervisor, agentes de saúde, técnicos de enfermagem, além de auxiliares administrativos, visita periodicamente regiões pré-definidas. E essa equipe deverá prestar atendimento médico e de enfermagem, efetuar o cadastro de pacientes, realizar exames

preventivos, trabalhar, é claro, em parceria com as unidades do município, especialmente a estratégia saúde da família.

Mas esse programa é importante porque, como eu disse, ainda há regiões bastante desassistidas. Nós temos condições de, ao implementar esse programa da saúde, de uma unidade móvel de saúde itinerante em Santa Catarina, atender principalmente, de forma emergencial, essas regiões menos favorecidas.

Nós temos que ter ciência de que a cada dia precisa-se investir mais em saúde, mas é preciso olhar muito para a área da prevenção. É muito mais prático, melhor para o paciente e também melhor para os cofres públicos, trabalhar na prevenção do que depois na questão curativa, que é a mais cara, que é necessária para quem está acometido de uma doença, mas se pudermos evitar é melhor.

Por isso é que se dá tanta importância às campanhas de vacinação. Agora, mesmo nós estando em plena campanha de vacinação contra a gripe, muita gente tem algum mito, alguma restrição, muito embora esteja amplamente demonstrada a importância dessas campanhas.

Há uma campanha de importância para as meninas, numa ação que merece ser destacada, do SUS, do governo federal, disponibilizando às meninas a vacina contra o HPV. Essa prevenção é importante porque a vacina já era disponibilizada apenas nas redes particulares a um custo de aproximadamente R\$ 1.500,00, e agora foi disponibilizada para todas as meninas de forma gratuita, em todo o país, articulada, inclusive, junto com as escolas. Eu espero que isso tenha sido feito em todos os municípios. No âmbito geral, em Santa Catarina, nós tivemos resultados importantes no percentual das meninas que foram beneficiadas com essa vacina.

Então, o que nós queremos, ao propor a criação desse programa de saúde itinerante no estado de Santa Catarina, é que essa experiência, que é exitosa, possa levar principalmente para as áreas mais distantes esse atendimento, esses

diagnósticos, principalmente essa preocupação com a parte preventiva.

Nós sabemos que há ainda diversos municípios catarinenses que não estão contemplados com uma estrutura adequada para que a população tenha um atendimento de saúde especializado, que encontram-se demandas represadas em quase todas as regiões do estado. Então, para isso é que esperamos realmente que esse programa possa ser efetivamente contemplado.

E eu queria também aproveitar para cobrar, mais uma vez, aquilo que já trouxe aqui por diversas vezes, nos últimos dias, sobre o sistema de marcação dos retornos de consulta para os hospitais de Florianópolis, que está sendo exigida a presença de alguém nas filas para a marcação de consulta, inclusive nos finais de mês dificilmente se consegue.

Isso pode ser feito pelo Sisreg, pelo sistema *on-line*, no próprio município. Não dá para continuar exigindo a presença do paciente ou de um familiar nas filas para marcar o retorno das consultas. Já fiz esse apelo, não recebemos até o presente momento nenhuma resposta oficial do governo do estado, mas espero, e levanto novamente esse assunto, que se mude esta sistemática, que foi adotada nos últimos meses aqui em Santa Catarina, de obrigar os pacientes que precisam retornar para uma consulta nos hospitais de Florianópolis virem para a fila para marcar este retorno, quando isso poderia ser feito lá no seu próprio município de origem.

E para finalizar a nossa fala neste espaço que nós temos, sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses, senhores, senhoras, senhoritas que trabalham aqui nesta Casa. Queria fazer referência ao dia 1º de Maio, Dia do Trabalho. Queremos também fazer uma referência a todos os trabalhadores e trabalhadoras deste país, que com o seu suor, com os seus esforços, constroem as riquezas do nosso país, que é gigante, tem avançado em muitas áreas, mas precisa avançar mais em outras, que tem as suas conquistas, as suas deficiências, mas sem dúvida

nenhuma, os trabalhadores merecem, precisam ser lembrados e têm conquistas importantes para serem comemoradas.

Mas o dia 1º de Maio é sempre um dia de reflexão, de meditação, de luta. Sabemos que se precisa avançar mais ainda na questão das relações trabalhistas, nos acidentes de trabalho, que tanto foram falados nesses dias aqui. Fizemos ontem a conferência preparatória sobre a saúde do trabalhador e mostrou-se grande o índice de acidentes de trabalho, de adoecimento dos trabalhadores.

Então, que o 1º de Maio sirva também de reflexão sobre tudo isso. Que sirva como um dia de luta, de conquistas dos direitos, mas queremos deixar registrada, em nome da nossa bancada, que temos a satisfação de liderar, a passagem do Dia do Trabalho, a nossa solidariedade a todos os trabalhadores brasileiros e catarinenses.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação, deputado Neodi Saretta.

Apenas para trazer à memória, em 1940, deputado Neodi Saretta, foi instituído o salário mínimo em nosso país, quando deveria dar conta de uma série de demandas como alimentação, vestuário, saúde, lazer, moradia. Mesmo com todos os avanços que se teve o salário mínimo está muito distante de atender a esta grande demanda do trabalhador e da trabalhadora.

Em 1941 foi instituída também a Justiça do Trabalho que trata das questões voltadas ao trabalhador nas relações de trabalho e, ao mesmo tempo também, dos direitos dos trabalhadores.

Então, quero trazer presente este fato à memória de todos aqueles e aquelas que nos acompanham.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, colegas, os senhores devem ter percebido que nas duas últimas semanas eu praticamente não parei na

Assembleia Legislativa. Estive em Brasília acompanhando e dando tréplica ao contrato sem licitação que o Ministério Público de Santa Catarina fez com a Oi.

Há duas ou três semanas esteve nesta Casa o procurador-geral do Ministério Público, deputado Sargento Amauri Soares, e esta Casa ficou repleta de promotores, que nunca estiveram aqui antes, e eu poderia até considerar como uma situação intimidatória, porém entendo que eles vieram conhecer a Casa do Povo, e aqui, como segmento do povo, vieram representá-los, deputado nosso companheiro Neodi Saretta.

O procurador-geral falou da importância do contrato com a Oi no avanço tecnologia.

Primeiramente, quero dizer que sou a favor da tecnologia, deputado Maurício Eskudlark; em segundo lugar, é importante dizer que essas entidades, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Assembleia Legislativa têm que se equacionar na lógica da boa aplicação do recurso público, mas parece que tudo que eles dizem é a pura verdade e nada pode ser questionado.

Eu, se aqui estivesse, teria votado contra os cargos que foram aprovados sem concurso, tanto que vou fazer um projeto de lei que seja estendido esse benefício a todos os prefeitos, vereadores e ao governo do estado também. Mas quero me ater ao processo de contratação, no valor de R\$ 41.250.000,00 do Ministério Público com a Oi, sobre o qual, desta tribuna, o procurador-geral, dr. Lio Marcos Marin, disse que não havia mais ninguém em condição de prestar esse serviço, somente a Oi.

Imaginem vocês que estão nos ouvindo, os presentes, a partir de agora, pagar aluguel pelo telefone, pelo aparelho ou por câmeras de videovigilância! Porém, questionei esse contrato no Conselho Nacional do Ministério Público, deputado Sargento Amauri Soares, deputado Nilson Gonçalves. Eu fiz, deputado Maurício Eskudlark, a formulação da representação no Conselho Nacional do Ministério Público sobre o contrato da Oi,

porque aqui todo mundo imagina que o que sai de lá é a pura verdade.

Não questiono idoneidade ou um erro fatídico de aplicação de recursos públicos. Estou questionando é a ilegalidade da dispensa de licitação que aplicaram neste contrato com a Oi como fizeram na compra de um terreno com a planta de um prédio virtual por R\$ 123 milhões.

Então, fiz essa representação e o conselheiro Walter Agra, na segunda-feira, monocraticamente, cancelou o pagamento do Ministério Público para a Oi. Começaram a dizer que esse conselheiro é do PT, amigo do Genuíno. Eu não conhecia, nunca tinha conversado com ele, tive o privilégio de conversar nesta terça-feira, quando me disse que não era do PT, que era advogado do PSDB da Paraíba, onde o meu primo, Cunha Lima, é candidato a governador e eu sou seu advogado. Agora aqui eu tenho que cumprir a lei, sou advogado do senador Lucena, do PSDB. Agora aqui não lhe perguntei o partido, aqui estou defendendo que aplique-se a lei.

O Ministério Público recorreu com a ministra Carmem Lucia que derrubou a liminar e deu o direito a tréplica. Virei um *expert* em telecomunicações. Duas semanas dormindo três horas por dia, fazendo mesa redonda, estudando e dissecando este contrato com a OI que se perpetuar pelo país é um monstro do ponto de vista do processo licitatório, pelo que representa um negócio que impossibilita outros de participarem. E fiz a tréplica desse contrato das observações que fez o Conselho Nacional. E nesta segunda-feira, deputado Neodi Saretta, v.exa. que é advogado, o dr. Lio Marin foi lá pessoalmente fazer a defesa.

A importância da tecnologia, a importância da fibra ótica, de rede MPLS. Eu quero dizer que sou a favor do Ministério Público, não sou contra, mas sou a favor de um Ministério Público que cumpre a lei que aplique bem os recursos do erário público. E lá em Brasília, no Pleno, o Ministério Público de Santa Catarina perdeu, porque esse contrato que é com a Oi está muito claro, pois a Vivo manifestou-se dizendo que não foi ouvida e não

pode participar; a GVT disse que poderia participar em diversas cidades; a TIM disse que poderia participar. Por que tudo que eles dizem tem que aceitar como a pura verdade? Quando olhamos a análise do conselheiro Agra, vemos as aberrações desse modelo de dispensa de licitação. Eles comparam preço da Oi com a Oi.

Aí eu pergunto: Se essa manifestação do Conselho Nacional teve quatro votos favoráveis a Santa Catarina, coincidentemente, dos representantes do Ministério Público do país que estão lá e que legalmente tem que estar participando. Querem compor ação maior do que essa? Nenhum desses achou esse modelo de licitação incorreto. Lá ele disse que o Tribunal de Justiça fez igual, e disse isso aqui desta tribuna. Não é verdade! O Tribunal de Justiça, nosso vizinho, fez pregão eletrônico no contrato. Então, não dá para ficar reproduzindo a mentira como se fosse a verdade.

Em primeiro lugar, quando fala no contrato de telefonia com fibra ótica para ter rede de transmissão de dados e imagens, o Banco Central que precisa de celeridade, de urgência nos dados para que ninguém possa pegá-los, não usa a fibra ótica dita aqui. Em segundo lugar, hoje a Oi já não está cumprindo o contrato, porque em 2012 deveria ter implantado o serviço e até hoje diz que implantaram em quatro, cinco experiências feitas na cidade de Florianópolis, como se isso fosse o fim do mundo. A Assembleia já faz isso e fez em 15 dias nos escritórios regionais.

Isso demonstra que eles não são os donos da verdade, que precisam ser questionados. E é isso que estou fazendo com muito trabalho, porque a luta é desigual. Mas, diz o conselheiro e a súmula do Tribunal de Contas da União: "nas contratações em que o objeto só possa ser fornecido para o produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, é dever do agente público responsável pela contratação a adoção das providências necessárias para confirmar a veracidade da documentação comprobatória da condição de

exclusividade", e isso aqui mostra que não há exclusividade por parte da Oi.

Portanto, isso vem corroborar com a importância da CPI de averiguação da compra do terreno com a planta por R\$ 123 milhões. Em nenhum momento sou contra ao fato de alguém receber mais do que o teto, desde que a Constituição permita. Estão dizendo que os promotores estão recebendo atrasados. Há um promotor que no ano passado recebeu um R\$ 1 milhão ou até mais, deputado Serafim Venzon, cuja bancada também não quis assinar a CPI. Não me importo que eles recebam isso, desde que a Constituição garanta isso a eles.

Por isso, vou continuar questionando publicamente os pagamentos que são feitos, porque até hoje não chegou a esta Casa a justificativa de quando começou, o que é e quando vai acabar na questão dos pagamentos. E esse contrato em que foi cancelado o pagamento no Pleno do Conselho Nacional do Ministério Público passou a me dar mais esperança nas instituições porque está claro que não cumpriam a lei das licitações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, satisfação ocupar a tribuna desta Casa Legislativa.

Anotei vários assuntos para tratar no dia de hoje, especialmente porque amanhã é o Dia do Trabalho, um dia especial e, às vezes, temos que fazer algumas reflexões, deputado Nilson Gonçalves, a respeito desse dia.

Eu ouvi de um colega que gosta de futebol, falando que o jogador do Palmeiras queria ganhar R\$ 220 mil por mês de salário e o time queria dar somente R\$ 200 mil. Aí o São Paulo ofereceu R\$ 350 mil por mês. É justo isso com o trabalhador? É justo isso com a sociedade? Essa discrepância salarial? Um trabalhador em todas as ações tem que

se empenhar e vemos alguns jogadores de futebol, alguns artistas, ganhando milhões. E o nosso trabalhador no dia a dia com o seu sofrimento, levantando de madrugada, pegando muitas vezes horas em ônibus, almoçando no próprio ambiente de uma obra, voltando tarde da noite para casa, ganhando tão pouco? Criaram até o tal do Bom Senso Futebol Clube, porque eles estavam jogando demais. Eles não falam quanto ganham, mas estão jogando demais, precisam reduzir o número de partidas por ano para os jogadores.

E o nosso trabalhador? Como é que vamos encontrar uma forma de fazer justiça para que não ocorram esses salários?

Existe um apresentador de TV cujo contrato prevê um salário de R\$ 2 milhões por mês, mas como ele não está trabalhando está ganhando somente R\$ 1 milhão por mês. Parece que ele tem que fazer bico, porque ele não vai perder metade do salário, o Gugu Liberato. O contrato era de R\$ 2 milhões.

Nós vemos na saúde, na educação, na segurança, tantas injustiças. Eu não sei, não tenho a fórmula milagrosa. Acho que o socialismo pelo socialismo, às vezes, é complicado, mas temos que encontrar uma forma de fazer justiça social. É inadmissível isso!

Então, amanhã será um dia de reflexão, de comemoração, são os trabalhadores que fazem a história do nosso país. São os trabalhadores que fazem do nosso estado o melhor para se viver. Mas também este é um momento para pensarmos, deputado Ciro Roza, v.exa. que é um grande administrador, um deputado atuante, e encontrarmos algumas respostas para essas questões. É inadmissível! Aí se vê o trabalhador que ganha um salário mínimo brigando na torcida organizada para sustentar esses absurdos do futebol e várias outras atividades que pagam salários incompatíveis. Tinha que ter um limite. Mas R\$ 300 mil por mês é um absurdo!

Isso é uma afronta ao bom senso, ao ser humano, algo que tem que ser pensado.

Então, queria aqui deixar a minha homenagem ao trabalhador, aquele que faz o que gosta. O

governador Raimundo Colombo sempre cita um exemplo da freira que junto com um grupo foi visitar um local que tratava de pessoas doentes e necessitadas e lá havia uma jovem muito bonita que trocava aqueles curativos de um doente com várias lesões. E daí a freira perguntou àquela jovem, que tinha todo o futuro a sua frente, por que não fazia outra coisa, pois aquele serviço ela não fazia por dinheiro nenhum. E a jovem respondeu que também não fazia por dinheiro nenhum, mas porque gosta de fazer esse ato de amor.

Assim, o nosso trabalhador gosta do que faz, tem amor pelo trabalho, pela família, pelos filhos e quer uma sociedade melhor, mais justa. Essa é a busca do trabalhador.

E hoje teremos algumas comemorações, por isso parablenizo o prefeito e vereadores da administração de Penha, pois farão uma confraternização com os servidores municipais e professores, também todos os prefeitos e empresários que valorizam seu trabalhador. Pois bem sei que todos os empresários gostariam de dar um salário desses de jogador de futebol para muitos ou para todos os bravos trabalhadores que temos. Nós temos que achar uma forma de melhor redistribuição, tanto de renda quanto de salário.

Quero fazer referência a um projeto que ingressamos, nesta Casa, que é apoio ao incentivo fiscal aos escoteiros do estado de Santa Catarina. É um projeto que busca benefícios pelo trabalho social que realizam, contam com apoio empresarial ou governamental e buscamos uma forma de contribuição a ser dada aos escoteiros do estado de Santa Catarina, seja através de pessoas físicas ou jurídicas e isso ser deduzido no imposto a pagar. Assim, temos que apoiar as atividades que fazem, pela formação, caráter, moral, personalidade pelo estado de Santa Catarina.

Da mesma forma, o projeto de tentar redistribuir as vagas dentro da carreira da Polícia Civil. E no dia 5 de maio, aniversário da Polícia Militar, teremos centenas de promoções e é justo que o policial que entra como soldado consiga chegar a sargento ou subtenente. E na

carreira militar parece que esse objetivo já foi alcançado de poder chegar ao final da carreira, porque a pessoa que faz o concurso, vê que o salário do nível um é um, e do oito; é outro. Ele poderia chegar ao nível oito, mas da forma que tem as vagas e a distribuição dificilmente policial civil consegue chegar no nível seis ou sete.

Então, o objetivo desse projeto certamente com o governo e esta Casa encontrará uma solução, que é essa redistribuição e a justiça na carreira da Polícia Civil.

Portanto, feliz Dia do Trabalho e muito obrigado trabalhadores de Santa Catarina e do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados.

Quero fazer uma referência especial ao Dia do Trabalho, porque certamente, na classificação ampla de trabalhadores, todos nós catarinenses nos incluímos.

Então, amanhã é o dia que pararmos para fazer reverência a todos aqueles que trabalham e, normalmente nestas datas, lembramos mais, com mais ênfase na relação trabalhista, dos funcionários, das pessoas que estão em condições de dependência. E quando se fala em trabalhador pensamos no operário da fábrica, mas não se inclui, como trabalhador, o gerente, não se inclui o dono, o patrão. E certamente esse, é o que mais trabalha e que não tem horário de trabalho durante o seu dia. Inúmeras vezes encontramos o dono do restaurante, o dono da pequena e micro empresa trabalhando fora do horário, fora do dia, no sábado, no domingo, justamente porque ele é o principal trabalhador da sua empresa, e não tem nenhum limite.

Mas no Dia do Trabalho somos habituados a lembrar mais das pessoas que estão numa relação de maior dependência. E quando falamos em trabalhador

não pensamos no dono da empresa, não pensamos no patrão, e sim, naquele que nos serve.

Quero cumprimentar as mulheres camponesas e em seus nomes saudar todos os agricultores de Santa Catarina, cujo trabalho garante o sustento, a qualidade de vida da sua família, dos seus amigos, principalmente para os seus dependentes. Mas o fruto do seu trabalho serve ou atende a necessidade de muita gente.

Saudamos aqui então os trabalhadores rurais de Santa Catarina, em nome das mulheres camponesas que visitam esta Casa no dia de hoje.

Quero cumprimentar os professores, aliás, a secretaria de Educação, em nome de sua secretária-adjunta, professora Elza Marina da Silva Moretto, que aqui esteve coordenando o Fórum Estadual da Educação de Santa Catarina. Fórum, este que é composto por 45 entidades que fizeram muitos debates democráticos que elaboraram esse documento sistematizado da etapa estadual do Conae - Conferência Nacional de Educação -, que estava marcada para fevereiro deste ano, mas que acabou sendo transferida para o mês de novembro, deste ano. Ou seja, depois do segundo-turno das eleições.

Mas esta etapa estadual compreendeu inúmeras conferências municipais. Foram 275 conferências. Lembro-me, que é praticamente uma, em cada município.

São 295 municípios e tivemos 275 conferências, sendo 21 conferências intermunicipais englobadas na região.

Houve 450 conferências livres e nestas conferências, nesse trabalho, nesse debate democrático, com a participação de todos os setores da educação, de muitas áreas e entidades representativas, foi elaborado esse documento sistematizado que é o Conae 2013 - Conferência Nacional de Educação -, que prepara a etapa nacional, o Conae 2014, e esse evento será realizado no final deste ano, sendo que desses debates é que se elabora todo o sistema de educação de Santa Catarina e do Brasil. Essas conferências foram encerradas no ano passado no

mês de setembro e hoje pela manhã recebemos a visita do fórum que nos trouxe o resultado do trabalho.

Portanto, quero cumprimentar todos os professores no Dia do Trabalho e dizer que além da sua qualidade de vida, da vantagem que cada um tem em prestar esse nobre serviço de dar aula, de educar, no núcleo individual, no núcleo coletivo, também para si e para a família, o trabalho do professor gera um grande benefício para toda a sociedade catarinense e queremos seja sempre cada vez com mais qualidade para mudar a situação de nosso estado e do Brasil.

Quero cumprimentar um grupo de trabalhadores com quem temos muita afinidade, que são os conselheiros municipais, todos os participantes do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, os conselheiros tutelares que existe em cada município, infelizmente, ainda estão um pouco marginalizados, mas já há uma lei federal que institui, a partir de 2015, a unificação da eleição, da escolha do conselheiro tutelar. A prefeitura será obrigada a pagar pelo menos um salário mínimo e eles passarão a ter os direitos que todos os funcionários públicos têm, com exceção do acesso à função, já que o funcionário público é comissionado ou concursado, e o conselheiro tutelar será eleito, mas a partir de agora a tendência é melhorar o *status* social dos dessa categoria, que têm o apoio total desta Casa, justamente pelo trabalho que estamos fazendo na área da criança e do adolescente.

Quero cumprimentar ainda o auditor da receita federal, Javier Ignácio Padilha, de Joinville, e em seu nome, todos os auditores de Blumenau, de Florianópolis, de Tubarão, de Joaçaba, de Chapecó, enfim, onde temos sede da receita federal em Santa Catarina, porque esses auditores estão dando um apoio muito grande para a efetivação do Fundo da Infância e do Adolescente - FIA -, inclusive o dr. Javier Ignácio Padilha, prontificou-se a ser parceiro junto com a Escola do Legislativo, e prestar aulas práticas para que nos municípios, as entidades voltadas para atendimento de crianças e

adolescentes, apresentem projetos chancelados. E sendo eles aprovados pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, serão executados e fiscalizados pelo conselho e pelas pessoas que contribuem com o FIA - Fundo da Infância e do Adolescente -, sejam contribuintes individuais, com até 6% do seu imposto de renda devido ou as empresas que a cada três meses precisam pagar Imposto de Renda, poderão destinar 1% desse recurso para esse fundo.

Quero saudar também os secretários executivos do FIA, em nome da Maristela Alberton, de Jaraguá do Sul, que tem manifestado todo o apoio para que de fato consigamos efetivar a implantação do FIA. Que as pessoas contribuam com o FIA e que as entidades apresentem, principalmente, os projetos, para que possamos passar a ver o resultado, que é a criança, seja na área da cultura, do esporte ou da qualificação profissional.

Então, se as pessoas contribuírem com o FIA será muito bom, aliás, hoje é o último dia para a apresentação da declaração do Imposto de Renda. Então, quero lembrar a essas pessoas que estiverem fazendo a sua declaração hoje ou que ainda não fizeram, que façam, se puderem, uma contribuição de 3% do imposto devido ao FIA, que será muito bem utilizado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Quero fazer uma saudação especial ao sr. Flávio Monteiro. Seja muito bem-vindo a esta Casa.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo oradores do PCdoB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Não havendo oradores do PP que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Obrigado, sr. presidente.

Sr. presidente e srs. deputados.

(Passa a ler.)

"O governador Raimundo Colombo e a secretária da Saúde, Tânia Eberhardt, assinam, nesta quarta, às 14h30, a ordem de serviço para reforma da internação clínica e cirúrgica do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt. A obra está estimada em R\$ 6,7 milhões e deve começar na próxima semana.

A reforma de 1,5 mil metros quadrados que inclui três enfermarias é considerada uma das maiores mudanças previstas para o hospital. Além dessa, estão previstas reformas para o centro cirúrgico e para a central de esterilização de materiais. 'Dentro de aproximadamente quatro meses, a primeira enfermaria deve estar pronta para receber pacientes e possibilitar o trabalho nas demais', adianta a secretária Tânia Eberhardt. A obra deve levar um ano para ser concluída.

A assinatura da ordem de serviço reforça o objetivo de viabilizar obras emergenciais previstas desde o anúncio do Decreto de Situação de Emergência no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, no dia 14 de março.

Desta forma, o governo pretende assegurar a continuidade da prestação de serviço médico hospitalar aos pacientes de 31 municípios atendidos na unidade.

A medida tem validade de 180 dias e autoriza que todas as providências emergenciais envolvendo a estrutura física e de equipamentos sejam executadas com mais agilidade. Nesse período, a secretaria de estado da Saúde e a secretaria de Desenvolvimento Regional vão providenciar, em caráter emergencial, obras para a nova subestação elétrica que vai alimentar todo o hospital.

Será também providenciada uma nova estação de tratamento de esgoto", já necessária há muito tempo. "Além disso, serão executados projetos já

concluídos e que estavam aguardando o processo licitatório.”

Fazemos questão de acrescentar aqui, sr. presidente, até porque talvez v.exa. também esteja com o mesmo problema que este deputado, que quando estamos acompanhando um secretário ou o governador do estado na nossa região, ou estamos cumprindo uma agenda de trabalho na nossa região e deixamos de estar aqui no plenário, muitas vezes somos acusados de relapsos. E este deputado foi considerado o campeão lá da região de faltas na Assembleia, mas justamente por esses fatos.

Então, hoje, não estamos com o governador do estado em Joinville e muito provavelmente vai aparecer gente criticando este deputado e o deputado Kennedy Nunes porque deveríamos estar lá com o governador do estado para a assinatura de uma ordem de serviço muito importante para o Hospital Regional.

E alguns até dizem: “Acabam negligenciando as suas obrigações de mandato e estavam lá em Florianópolis”. Se estamos lá, negligenciamos aqui; se estamos aqui, estamos negligenciando lá! Então, temos que fazer aquilo que entendemos que é o mais importante. Neste caso, hoje, por exemplo, o deputado Kennedy Nunes está na Presidência da sessão e não tinha como estar lá, e este deputado, como membro da Mesa, também tinha que estar aqui.

Então, apenas queríamos registrar a presença do sr. governador na nossa Joinville.

Quero também me reportar ao Dia do Trabalho, que será comemorado amanhã, sr. presidente, e passar a todas as pessoas que eventualmente estejam em Joinville ou região o convite para comparecerem no Complexo Expoville, onde vai acontecer a 14ª Festa do Dia do Trabalho. E estarão presentes lá os atores Marcela Barrozo e Ricky Tavares, da minissérie *José do Egito*, que fazem parte do elenco da Record. Esta é uma iniciativa da RIC Record em Joinville, juntamente com outros órgãos. E teremos representados lá praticamente todos os segmentos, desde o 62º BI, o 8º Batalhão de Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros. Os segmentos sociais também estarão lá

atendendo à comunidade, e teremos as mais variadas atrações, desde cantores e até trabalho para a comunidade: corte de cabelo, etc.

Então, amanhã vamos ter um dia muitíssimo especial em Joinville, e já se vem caracterizando, há muito tempo, o Dia do Trabalho em Joinville como uma data em que milhares de pessoas se reúnem para comemorar, e não para protestar, o Dia do Trabalho.

Quero também, sr. presidente, convidar v.exa. e os demais deputados para a Festa do Arroz, que acontece em Massaranduba. Foi aberta na sexta-feira à noite, no domingo almoçamos na festa e estivemos com o prefeito. Para mim, é uma das mais belas festas de Santa Catarina.

Eu quero aproveitar a oportunidade para convidar os srs. deputados que ainda não foram lá para conhecer e passar um tempo na nossa querida e amada Massaranduba. A festa se estenderá até o domingo.

Era isto que tínhamos para falar no dia de hoje. Agradecemos a v.exa. pela oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado do alto vale e líder do governo, Aldo Schneider, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Na semana passada ocupamos esta tribuna para comunicar a Santa Catarina e a todos os nossos telespectadores sobre a pré-convenção que o PMDB realizaria no dia 26, onde estaríamos, naquele momento, debatendo duas teses.

A primeira tese seria a candidatura própria, oriunda dos quadros do PMDB, com um companheiro ou uma companheira que fosse o nosso candidato a governador ou a governadora; e a segunda tese,

seria a manutenção da atual aliança com o governador João Raimundo Colombo e obviamente com o PSD.

Depois de um trabalho extremamente exaustivo desenvolvido pelos defensores das duas teses, tanto da candidatura própria quanto da coligação, chegamos, no sábado, com uma festa grandiosa em que mais de 520 delegados estiveram aqui na Assembleia Legislativa depositando o seu voto.

Foram 588 votos em função dos votos cumulativos e a partir deste momento definimos qual o posicionamento do PMDB, um partido respeitado em Santa Catarina pela sua grandeza, pelos quadros que temos através dos nossos vereadores, das nossas vereadoras, prefeitas, prefeitos, deputados, deputadas, senadoras, e logicamente também com o nosso vice-governador.

E, a partir desta disputa de ideias, acabou prevalecendo pela grande maioria de companheiros a manutenção pela atual aliança, juntamente com o governador João Raimundo Colombo e obviamente com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira.

Essa tese, logicamente, teve 61% dos votos, contra 39% da tese que defendia candidatura própria, e essa tese da candidatura própria é liderada pelo deputado federal Mauro Mariani, pelo ex-prefeito de Florianópolis Dário Berger, pelo deputado estadual Carlos Chiodini e pelo ex-governador Paulo Afonso. Essas lideranças fizeram uma cruzada por todo estado de Santa Catarina, defendendo que o PMDB deveria ter, neste momento, para apresentar para Santa Catarina, uma candidatura oriunda eminentemente dos quadros do PMDB.

Mas, por uma grande maioria, os nossos companheiros, delegados e delegadas acharam que deveríamos, neste momento, continuar na atual aliança, exatamente porque fizemos parte deste governo desde a reeleição do governador João Raimundo Colombo, e evidentemente como principal sócio desta jornada administrativa que a comunidade catarinense escolheu.

Até porque o PMDB, no momento da eleição de 2010, foi o partido que mais deputados estaduais e

federais fez. Elegemos, juntamente com o PSD e PSDB, que são nossos parceiros, o senador Luiz Henrique da Silveira, e, com a ascensão ao cargo de governador de João Raimundo Colombo, assumiu também o senado o primeiro suplente, o ex-governador de Santa Catarina, Casildo Maldaner.

Então, diante desses fatos, nós, que fizemos parte do atual governo, sentimos, e eu particularmente, até porque ocupamos muitas funções e posições estratégicas dentro do governo. Seria um contrassenso, deputado Ismael dos Santos, neste momento, entendermos que o governo não serve, que o governo não está realizando as necessidades do povo catarinense.

Mesmo que nós defendêssemos a questão da candidatura própria, deveríamos ter feito isso há um ano, ou um ano e meio atrás. Como não o fizemos, nada mais justo do que mantermos a coerência. Se fomos eleitos para governar juntamente com o PSD e com o governador João Raimundo Colombo, nós vamos até o final deste governo com este propósito.

Foi isso que nós apresentamos em 2010 para o povo catarinense. E agora, com a decisão do PMDB logicamente, nós, que estamos também com a nossa pré-candidatura já anunciada, trabalhando juntamente com o deputado Rogério Mendonça, que também está com o seu nome como pré-candidato a deputado federal, e nós lá na região do vale de Itajaí, temos uma militância muito aguerrida, muito leal e, acima de tudo, comprometida com os interesses da região e de Santa Catarina.

Prova disso que mais 90% dos delegados do vale do Itajaí optaram pela manutenção da aliança com o atual governador, exatamente pelo trabalho realizado nesses três anos e três meses em todas as áreas. Eu não vou aqui nominar esta ou aquela área, mas em todas as áreas.

O que importa disso tudo é que temos companheiros e companheiras que fizeram parte deste governo na condição de secretários. Aqui posso citar o deputado estadual Valdir Cobalchini, na pasta de Infraestrutura, a deputada Ada De Luca, na secretaria da Justiça e Cidadania. E,

logicamente, que esses dois companheiros se desincompatibilizaram para que possam concorrer ao pleito agora de outubro próximo.

Então, quero dizer aqui que o PMDB manteve a coerência. O PMDB não teve, naquele momento, vencido ou vencedores. Estávamos discutindo ali duas teses, um das duas, obviamente, seria a vitoriosa, mas temos que ter aqui o reconhecimento muito grande por aqueles companheiros que não comungavam do nosso projeto, da nossa tese.

Esses companheiros são muito importantes. O PMDB apenas será grande se mantiver a unidade. Portanto, ele é um partido que realmente faz a diferença em qualquer pleito majoritário em Santa Catarina.

Aproveito esta tribuna para solicitar a todos aqueles companheiros e companheiras que até o dia 26 pensavam diferente de nós, que aquela tese vencedora é a tese de todo o grupo, ou seja, do PMDB, dos 105 prefeitos, dos dez deputados estaduais, dos cinco deputados federais, dos dois senadores, do vice-governador e de todos os nossos delegados até porque apenas podemos estar numa coligação ou ter uma candidatura própria a partir do momento em que saímos unidos, para que a partir dessa unidade, possamos, efetivamente, trazer companheiros, companheiras para a Assembleia Legislativa e a Câmara Federal.

Então, gostaria de, em primeiro lugar, prestar o meu reconhecimento e respeito pelo trabalho que cada grupo fez; em segundo lugar, gostaria de dizer que o resultado foi justo, na minha concepção, até porque tivemos, durante esses três anos e três meses propriamente ditos, a oportunidade de sair do governo, como nós não o fizemos, temos que manter a coerência; em terceiro lugar, quero dizer que esta vitória não é do grupo "a" ou do grupo "b", é uma vitória do PMDB, pois juntos, com essa unidade que pregamos e necessitamos, vamos fazer a diferença no pleito de outubro vindouro.

Seria isso, sr. presidente!

Agradeço a atenção das sras. deputados e dos srs. deputados, e, repetindo, o resultado da pré-

convenção do último dia 26 foi em favor da aliança. Logicamente, estamos aqui para defender a pré-candidatura que o PMDB apresentará ao povo catarinense junto com o PSD e os demais partidos que irão compor essa aliança, liderada pelo governador João Raimundo Colombo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, sr. presidente! Pela generosidade do tempo, vou dividi-lo com o deputado Maurício Eskudlark.

Quero cumprimentar os srs. deputados, e eu sei que a sessão está prejudicada com a reunião no dia de hoje de várias comissões que se reúnem paralelamente, mas gostaria de apenas fazer um registro. Acompanhei o discurso do deputado Nilson Gonçalves e gostaria de dizer que, às vezes, é claro, a tribuna se torna um muro de lamentações no que diz respeito à nossa função precípua e essencial que é de produzir leis.

E eu ouvi atentamente o seu pronunciamento no sentido de que há muito da nossa produção legislativa que fica na famosa gaveta e acaba não alcançando o resultado e atendendo as demandas da população.

Quero fazer referência nesta tarde a um dos nossos projetos, aliás, o primeiro projeto de lei ligado à área ambiental de minha autoria, sobre a questão do biocombustível. Eu lembro que esse projeto surgiu quando eu passava por uma avenida numa das cidades do estado, que prefiro omitir, e vi alguém saindo de uma lanchonete com um vasilhame para jogar o azeite na boca de lobo. Um ato até de covardia, de insanidade. Aí me veio à mente trabalhar um projeto de aproveitamento do óleo de cozinha. Nós trabalhamos por alguns dias no projeto e finalmente apresentamos a esta Casa.

Mas, infelizmente, há três anos esse projeto tramita nesta Casa. É um projeto simples. Em essência, telespectadores, nossos amigos que abrilhantam esta sessão, lembrando que cada litro de óleo que é jogado na pia, no ralo ou no quintal da casa chega a contaminar até 500 mil litros de água.

Nós bolamos esse projeto para facilitar a vida da dona de casa que não sabe o que fazer com o óleo de cozinha depois de reutilizado. Então, qual é a ideia? É que ela coloque esse óleo numa garrafa pet, mas que tenha um posto de coleta, porque senão o que vou fazer com esse óleo? O nosso projeto diz que o comércio que comercializa acima de 500 litros de óleo/mês terá que ter obrigatoriamente um posto de coleta. Muito simples, modesto, prático. Mas, infelizmente, foi solicitado um parecer da Fatma, acho que do Ibama, e está transcorrendo nas diferentes comissões. Eu estou aguardando a definição da nova presidência para fazer uma cobrança mais acentuada para que de fato ele se torne lei e possa trazer resultados positivos à comunidade catarinense.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Estou escutando v.exa. falar sobre esse projeto que já poderia estar em execução. Nós temos um projeto muito parecido, que é a questão dos medicamentos que não são mais utilizados e muitas vezes jogados em lixo comum. Então, fizemos um projeto parecido para as farmácias, mas ele também está por aí. Mas a esperança é de que um projeto como o seu, que é simples, mas que tem uma grande objetividade, saia do papel. Vamos torcer para que venha a plenário para podermos votar.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - É uma forma que temos de contribuir com o meio ambiente e vamos acompanhar nas comissões para que alcancemos o resultado. Eu tenho certeza da acolhida absoluta deste plenário.

Eu concedo o restante do tempo que pertence ao PSD ao deputado Maurício Eskudlark.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até oito minutos, que é o tempo restante ao partido PSD.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, acho que a atividade parlamentar tem muitas peculiaridades, a tribuna, os projetos, acompanhar as lideranças, as secretarias e ir atrás de recursos. Então, não dá para se julgar apenas por uma ação, por um deputado estar mais presente em determinada ação.

Quero aproveitar este momento para saudar as senhoras que acompanham esta sessão. É uma satisfação recebê-las. Gostaria de esclarecer que há muitos deputados em reunião nas comissões, que faz parte do trabalho legislativo.

Na semana passada foi lido nesta Casa um expediente do Ministério da Pesca e Aquicultura, que noticiava a liberação de recursos. O ofício comunicava que o ministério liberou recursos no valor de R\$ 422 mil para a Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses - Aepac - Convênio n. 60/2010. O objetivo era apoiar ações de assistência técnica, extensão aquícola, através da assessoria técnica a 1.100 agricultores familiares em município de Santa Catarina para a produção de peixes.

E, aí, como essa associação tem como sede o município de São Miguel d'Oeste, decidi verificar onde ela ficava locada, uma vez que já recebe mais R\$ 1,5 milhão, até porque quando uma entidade precisa receber R\$ 5 mil, R\$ 10 mil há uma burocracia louca e um repasse milionário passa muitas vezes despercebido. Procuramos em dois endereços, porque havia um endereço fornecido no convênio e outro no site da associação, e não encontramos essa entidade em nenhum deles.

Tentei saber quem eram os membros da entidade e há uma decisão publicada no Diário Oficial da União n. 55, de 21 de março de 2014: "considerar revel, para todos os efeitos, o sr. fulano de tal, dando-se prosseguimento ao processo tal; rejeitar as alegações de defesa, julgar irregulares as contas e determinar o bloqueio de mais R\$ 500 mil

de patrimônio do presidente da Associação dos Pequenos Agricultores Catarinenses”.

No dia 21 de março o Tribunal de Contas da União disse que não poderia receber recurso. Um mês depois eles receberam mais R\$ 422 milhões do ministério da Pesca e da Aquicultura.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado, quero crer que v.exa. já tenha dado a resposta. O órgão pagador é?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - ministério da Agricultura e da Pesca.

O Tribunal de Contas da União, em março, disse que não podia receber. Em abril chegou aqui na Assembleia o ofício do pagamento, mais R\$ 422 mil. Aí fui procurar um pouquinho mais, com o meu perfil de delegado de polícia.

(Passa a ler.)

“Justiça Federal decreta bloqueio de bens de Associação de Agricultores

Em 30 de maio de 2001 esses mesmos que estão recebendo recurso agora do ministério da Agricultura já tiveram os bens bloqueados conforme noticiado e divulgado.

Advocacia-Geral da União obtém penhora de bens de associação de agricultores, 18 de novembro de 2010. A Justiça Federal em Brasília decretou o bloqueio dos bens da Associação Nacional de Pequenos Agricultores e seu secretário. A medida atendeu ao pedido da Advocacia-Geral da União para o pagamento de R\$ 967.953,00 correspondentes a recursos liberados por meio de convênio celebrado com o ministério do Desenvolvimento Agrário.”

Pelo que vejo está tudo descontrolado em Brasília. Eles têm os bens bloqueados, o Tribunal de Contas da União diz que não pode mais receber recurso e a Assembleia recebeu na semana passada um expediente n. 497 - 2014, do dia 14 de abril de 2014, comunicando a liberação de R\$ 422 mil para essa associação.

Então, é um fato gravíssimo que devemos encaminhar ao Ministério Público da União para que

tome as providências. Não quis citar de presidente e secretário, citei apenas o nome da associação, mas é um verdadeiro descalabro.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Deputado, a minha dúvida é o seguinte: V.Exa. falou em ministério da Agricultura e Pesca, mas existem dois ministérios, o da Agricultura é um e o da Pesca, hoje, é outro. Qual foi o Ministério que liberou esses recursos?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quem liberou agora foi o ministério da Pesca e da Aquicultura.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Não seria da Pesca e Aquicultura?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Isso, Pesca e Aquicultura.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Porque o ministério de Agricultura quem dirige é um companheiro do PMDB, por isso fiquei preocupado.

SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Desculpe, é Pesca e Aquicultura.

Ele já teve bens bloqueados. Então, R\$ 967 mil foram liberados pelo ministério do Desenvolvimento Agrário.

Então, entendo que é um fato gravíssimo e pelo que me informei é do conhecimento público regional. São essas as nossas palavras.

Quero desejar um feliz Dia do Trabalho, amanhã, a todos os trabalhadores do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado os Partidos Político, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. Deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente; srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, bem como todos visitantes que nos honram ao acompanhar

esta sessão ordinária. E saúdo em nome da coordenadora estadual da Pastoral da Criança, sra. Loiri Miorelli, aqui presente e que fará um relato dessas bravas mulheres do trabalho de excelência no Brasil, particularmente, no estado de Santa Catarina.

E também quero aqui registrar a presença da coordenadora da Pastoral da Criança da minha cidade, Blumenau, sra. Márcia Jaqueline, e de todas as mulheres que a acompanham nessa visita a capital catarinense e a este Parlamento, para entendermos esse brilhante trabalho que bem fazia a coordenadora a dra. Zilda Arns Neumann, que foi referência nacional e internacional no trabalho da pastoral.

Ocupo o horário destinado ao PT, neste momento, para relatar que o nosso partido realizará nos dias 2 e 3 de maio, em São Paulo, o seu XIV Encontro Nacional, que reunirá 800 delegados eleitos pelo Processo de Eleição Direta de 2013, dirigentes nacionais e lideranças petistas.

Durante o evento serão debatidos e aprovados o texto de tática e estratégia eleitoral e as diretrizes do programa do governo da nossa presidente Dilma Rousseff. O encontro nacional, que ocorrerá no centro de convenções Anhembi, terá início na manhã da sexta-feira, 2 de maio, e será aberto oficialmente à noite, com a presença da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No PT a democracia interna é uma vivência. No nosso partido todos os filiados têm direito ao voto, elegem os dirigentes municipais, estaduais e os nacionais. Nossas direções são compostas com paridade entre homens e mulheres, negros, índios e jovens também têm a presença garantida em todas as instâncias do PT.

Faremos um grande encontro em Brasília em defesa do nosso projeto por um Brasil mais igualitário, mais justo e de inclusão social. E apresentaremos à Nação as diretrizes que permitirão ao Brasil dar um passo adiante no seu desenvolvimento garantindo mais saúde, educação,

mobilidade urbana e dignidade aos trabalhadores brasileiros.

E amanhã, quinta-feira, será um dia muito especial para todos os trabalhadores e para todas as trabalhadoras do nosso imenso Brasil: é o Dia do Trabalho. E no nosso país isso será um grande evento, uma marca do Partido dos Trabalhadores que há 34 anos luta pela melhoria de vida, pela garantia de direitos trabalhistas, contra preconceitos, pela valorização da vida de todos os trabalhadores do nosso país.

Para que servem os partidos políticos? Para melhorar a vida do seu povo. Tenho de que com certeza é a intenção de todos os parlamentares desta Casa aqui também. E nesse aspecto o PT tem muito a comemorar e muito a mostrar à sociedade brasileira. São históricas as conquistas alcançadas pelos trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres, nos 11 anos que o partido comemora, que é o governo da presidente Dilma Rousseff e do nosso ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Entre os avanços destacamos a política de valorização do salário mínimo. Segundo dados do Dieese com o atual valor do salário mínimo na ordem R\$ 724,00 acumula um ganho real desde o ano de 2002 de 75,49%.

Além, disso, podemos destacar que em nosso país os números de empregos gerados nestes 11 anos, são de 20 milhões, com carteira assinada, que realmente é um bom número. É a dignidade para o nosso povo.

O desemprego no país, em abril de 2014, foi o menor registrado nesta fase em nosso país.

Segundo o instituto, e isso são dados, não são meus, não são dados do Partido dos Trabalhadores, são dados do IBGE que faz essa mensuração no nosso Brasil. E pensar, srs. deputados e povo catarinense que nos acompanha, que os economistas ligados ao PSDB tem criticado inclusive a política de aumento real do salário mínimo. Não entendo porque criticam que o salário mínimo aumente, eles estão criticando essa política. O seu candidato à Presidência da República tem dito a empresários

que irá mudar a política do reajuste salarial, o salário mínimo que hoje está vinculada inflação e ao crescimento da economia deste país. Quem perde com isso são os nossos trabalhadores e trabalhadoras.

O aumento do salário mínimo é fundamental para que os nossos trabalhadores possam viver dignamente.

O 1º de Maio é um dia de homenagear aqueles que constroem a riqueza do Brasil e também um dia de grandes reflexões. Ao longo dos últimos anos os trabalhadores construíram uma alternativa ao projeto neoliberal que vinha em curso, que foi eleger o presidente Lula como presidente da República.

A partir desse momento houve avanços significativos da valorização do salário mínimo e também na geração de milhões de empregos em nosso país. Mas é preciso avançar nestas conquistas, é preciso também fazer reflexões neste dia 1º de Maio a exemplo de uma luta da classe trabalhadora que é a redução das horas de trabalho para 40 horas semanais, em particular da minha categoria, da categoria de Enfermagem - e estamos trabalhando também para uma redução de 30 horas semanais, que será um avanço para a saúde em nosso país.

Quero dar parabéns a todos os trabalhadores e trabalhadoras do estado de Santa Catarina, que ajudaram a construir este maravilhoso Brasil, que agora tem ajudado significativamente a nossa Presidente Dilma Rousseff a fazer as mudanças que tanto sonhamos e que tanto queremos que é não admitir mais gente na pobreza no nosso país, que colocou milhares de brasileiros e brasileiras no mercado de trabalho.

Brasil esse que também tirou milhares de pessoas do aluguel e deu-lhes oportunidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, de terem um teto para morar, e ter um teto para proteger a sua família.

Mais de 2,4 milhões de unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida, já foram entregues para o povo brasileiro. Até o final do

ano o governo deve entregar mais 400 mil novas residências para o povo brasileiro.

O governo vai alcançar, srs. deputados, e vai lançar em junho deste ano a terceira etapa do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida que vai beneficiar pessoas e famílias de baixa renda.

A data foi definida em reunião entre a nossa Presidenta Dilma Rousseff, e os ministros ligados ao Programa, e representantes da construção civil no nosso país.

O Minha Casa, Minha Vida 3 deverá prever a construção de três milhões de unidades habitacionais. E a segunda fase do programa que está em vigor tem metas até o final de 2014, prevê 2 milhões e 750 mil novas residências. Ou seja, até o final do ano de 2018 teremos construído quase 6 milhões de novas casas, garantindo a realização de um sonho de mais de 30 milhões de pessoas que não tinham ainda esse sonho realizado.

Quero dar parabéns às organizações dos trabalhadores, das trabalhadoras, às centrais sindicais, aos movimentos sociais que lutam por direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, que lutam pela qualidade de vida, por justiça, pela igualdade social, e ao mesmo tempo, apresentam novos desafios, novas lutas, novas mobilizações para os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país para que isso possa dar dignidade e qualidade de vida ao nosso povo.

Então, no dia 1º de Maio parabéns a todos os homens e mulheres que ajudam a construir as cidades, o estado de Santa Catarina e esse maravilhoso país chamado Brasil.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, do partido Progressista, da cidade de Sombrio, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, que preside esta sessão.

Deputado Kennedy Nunes, queremos nesta tribuna falar sobre a campanha *Maio Amarelo* em Santa Catarina.

Uma iniciativa de atenção pela vida, através de ações para a busca de segurança no trânsito.

Nós já temos o Outubro Rosa, o Novembro Azul, todos preocupados com a vida, e agora o Sindicato dos Agentes de Trânsito de Santa Catarina lança a campanha *Maio Amarelo* que está identificado em vários parlamentares nesta tarde, cujo objetivo é chamar a atenção para a segurança no trânsito.

Nós sabemos que o trânsito mata mais do que a maioria das doenças no Brasil e em Santa Catarina.

Por isso, o *Maio Amarelo* surge como uma proposta básica de chamar a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito.

Estimulados por outros movimentos como já citamos aqui o Outubro Rosa, que trata do câncer de mama; o Novembro Azul, que trata da prevenção do câncer de próstata, o *Maio Amarelo* visa promover e estimular as atividades voltadas para a conscientização, oportunizando debates sobre a responsabilidade, avaliação e o comportamento diário que tem ceifado vidas, tem deixado pessoas com sequelas que prejudicam a sua qualidade de vida.

No dia a dia, nessa rotina em que vivemos, esquecemos de refletir um pouco sobre como estamos nos comportando no trânsito, achando que o erro muitas vezes está na mão de terceiros.

O símbolo do movimento é o laço amarelo que está sendo distribuído aos srs. parlamentares pois no ambiente de trânsito a simbologia da cor amarela nos semáforos recomenda alerta, atenção e adoção de cautela e prudência para evitar acidentes.

Por isso o laço amarelo está sendo colocado hoje na lapela de diversas pessoas, lideranças, autoridades em todo o estado de Santa Catarina.

É importante dizer, ainda, que as entidades envolvidas com essa matéria, desde o Sindicato dos Agentes de Trânsito até órgãos gestores de trânsito, como os de São Bento do Sul, Joinville,

das principais cidades de Santa Catarina, Criciúma, na ASTC, cujo presidente é o vereador Geovani Zapelini; Blumenau também está envolvida nesta campanha, Lages, enfim, diversas cidades de Santa Catarina, através dos seus departamentos de trânsito estarão promovendo durante o mês de maio o movimento em Santa Catarina em que teremos várias iniciativas, caminhadas, passeios ciclísticos, panfletagens com material educativo para a população conforme o *folder* da programação que está sendo exposta a todos os senhores.

Eu quero, em nome desta Casa, do Poder Legislativo, cumprimentar um dos organizadores, o seu Pedro da Silva, que é agente de trânsito, do município de Gaspar, e que esteve nesta Casa hoje pela manhã, divulgando o trabalho. Ele faz parte da Coordenação Estadual da campanha *Maio Amarelo*; também a sra. Márcia Pontes, que estará na Assembleia Legislativa, dia 7 de maio para falar mais detalhadamente sobre a programação deste projeto.

Então, fica o registro dessa campanha, *Maio Amarelo*, para que cada um de nós que utiliza tenha mais consciência e previna-se no trânsito, que tem tirado muitas vidas. Parabéns aos agentes de trânsito e a todos os envolvidos nessa campanha.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Scheffer, parabéns por trazer mais uma vez essa temática à tribuna. Fizemos uma menção, rapidamente, em aparte, pela manhã, do *Maio Amarelo*, apenas para lembrar que entre as propostas dessa campanha de conscientização está o alerta dessa perigosa combinação álcool e volante, e nós como presidente da comissão de Combate e Prevenção às Drogas, temos nos debruçado sobre essa temática.

E apenas para lembrar que temos mais de quatro milhões de veículos automotivos em Santa Catarina, para uma população com um pouco mais de seis milhões de habitantes, é muito veículo. E ano

passado tivemos, e a nossa comissão acompanhou junto ao Ministério Público, 11 mil motoristas catarinenses que, infelizmente, dirigiram embriagados. Portanto, há um grande desafio nesse processo de conscientização.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos. Apenas gostaria de citar alguns números, alguns dados no mundo inteiro, mas, antes, quero cumprimentar a Pastoral da Criança, que está presente, neste momento, no plenário, e que faz um trabalho magnífico no Brasil e em diversas outras partes do mundo, na prevenção da morte infantil de crianças, das sequelas da subnutrição.

Mas voltando ao trânsito, em 2009, morreram cerca de 1,3% milhões de pessoas, nem uma guerra ceifou tantas vidas como ocorre por acidente de trânsito em 178 países. E mais de 50 milhões de pessoas sobreviveram com sequelas, apenas no ano de 2009. É muita coisa! É uma violência! São três mil vidas perdidas por dias nas estradas e ruas. É a nona causa de mortes no mundo. O Brasil aparece em quinto lugar entre os países recordistas de morte no trânsito.

Por isso, essa campanha veio para ficar, é uma campanha que tem coerência, foco e que vai ajudar muito através da prevenção, da conscientização de pessoas, para evitarmos mais mortes no trânsito. Fica o apelo e a reflexão de todos nós sobre a campanha *Maio Amarelo*. Parabéns mais uma vez ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0014/2013, 0038/2014, 0142/2011, 0187/2013, 0198/2013, 0217/2012, 0243/2009, 0266/2013, 0356/2013, 0373/2013 e Projeto de Resolução n. 0005/2009.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n.: 0047/2014.

Esta Presidência comunica, ainda, que encaminhará ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 211, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s.: 385, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 386, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 387 e 388, de autoria do deputado Carlos Chiodini, e 389, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Srs. deputados, temos, sobre a mesa, um requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, com a aquiescência de todos os líderes dos partidos representados nesta Casa, solicitando que seja suspensa esta sessão por até dez minutos, para que a sra. Maria Aparecida de Moraes, representante da Pastoral da Criança de Santa Catarina, possa fazer a sua fala e a entrega de um documento à Assembleia Legislativa.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - (Faz soar a campainha!) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Edison Andrino, que fez uma troca de horário com o deputado Sargento Amauri Soares e está ansioso para falar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, primeiro, quero agradecer ao deputado Sargento Amauri Soares por me conceder o espaço na sua frente.

Mas estamos ansiosos para falar, sr. presidente, porque, na realidade, temos muita expectativa na safra da tainha que começará no mês que vem, em maio.

A pesca da tainha em Santa Catarina já é um patrimônio cultural do estado aprovado por esta Casa.

E hoje existe uma determinação do ministério da Pesca e também do Ibama para que a pesca, deputado Sargento Amauri Soares, comece no dia 15 de maio.

Veja v.exa. que no ano passado a maior parte dos cardumes de tainha chegaram aqui no início de maio, do dia 01, 02, 05 e 06, e ficaram aqui na costa de Santa Catarina, nas praias da Pinheira, Garopaba, Barra da Lagoa, Pântano do Sul e os pescadores, deputado Kennedy Nunes, não puderam pescar porque o início era dia 15 de maio.

Então, o pleito da comunidade pesqueira artesanal é para que o ministério da Pesca e o Ibama revejam essa portaria, deputado Kennedy Nunes, e iniciem a pesca para os pescadores artesanais no início do mês e se termine a pesca, que hoje vai até dia 15 de julho, no dia 29 de junho, porque a data tradicional de encerramento da pesca da tainha aqui no litoral catarinense sempre foi o dia de São Pedro, que é 29 de junho.

E por incrível que pareça, os pescadores quase nunca pescam depois do dia 30 de junho! É uma coisa bem forte essa marca, deputado Sargento Amauri Soares.

Então, por que não se diminui os 15 dias de julho e se antecipa os 15 dias de maio? Claro, eu digo isso para a pesca artesanal, porque esse prazo foi estabelecido pelo Ibama e pelo ministério da Pesca, mas acontece que essas tainhas saem lá das lagoas do Rio Grande do Sul, do Uruguai e fazem esse ciclo de desova pelo litoral do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, e os barcos industriais, se não tiverem esse prazo de limite, já começam a pescar nas saídas das barras, das lagoas do Rio Grande do Sul. E aí o nosso pescador aqui não pesca.

Então, eles estenderam esse prazo, de 1º para 15 de maio, para que a pesca industrial não pescasse. Mas, por incrível que pareça, eles estenderam também para a pesca artesanal, que está sofrendo um prejuízo muito grande.

Então, sr. presidente, iremos apresentar terça-feira o requerimento ao ministério da Pesca e ao Ibama que são os órgãos que disciplinam esta questão, que regulamentam a pesca da tainha em Santa Catarina, para que revejam essa posição da pesca artesanal em Santa Catarina e comece dia 1º de maio, que é exatamente o grande pleito dos

pescadores e sempre foi assim: começa dia 1º de maio e acaba dia 29 de junho. O Ibama inventa! O ministério da Pesca também inventa! Jogaram 15 dias para julho quando não há tainha para pescar e tiraram os 15 dias de maio que são os dias mais importantes para a safra da tainha.

Então, era esse o pleito que trago a esta Casa, e terça-feira, sr. presidente, encaminharei isso por escrito à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Edison Andrino! Com certeza fazendo essa mudança vamos garantir a nossa tainha, não é deputado Ismael dos Santos?

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, quem nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, público aqui presente ainda neste final de expediente do último dia legislativo desta semana, já que amanhã temos feriado e apenas voltaremos a ter sessão na próxima terça-feira.

Mas aguardei porque preciso falar sobre algumas questões relativas ao Dia do Trabalho, ao Dia do Trabalhador comemorado amanhã. E aí até queria começar brincando, mas falando sério com relação ao discurso do deputado Maurício Eskudlark lá no começo da sessão, antes das 15 horas ainda, quando ele falava sobre alguns salários de R\$ 2 milhões por mês e que, se o sujeito não trabalha, vai para R\$ 1 milhão e ele fez a comparação com outros salários ou com a maioria dos salários no Brasil, especificamente, com trabalhadores da segurança pública.

Com certeza cabe uma reflexão de que tipo de sociedade em que vivemos que proporciona essas distorções. Ele não fez uma confissão, e até se autodefendeu dizendo que não era o caso de defender uma sociedade socialista, justamente no momento em que eu quase já trazia uma ficha de filiação ao deputado Maurício Eskudlark, que

também asseverou que, por parte dos empresários, todos gostariam de pagar o melhor salário possível, de preferência aquele salário que o Gugu Liberato ganha, no valor de R\$ 2 milhões, cortado pela metade, que absurdo, R\$ 1 milhão, se ele não estiver trabalhando.

Eu queria dizer que não se trata de uma questão moral apenas, em nenhum momento nas nossas ações mais objetivas falamos em questões morais. No caráter da nossa sociedade é que existe uma competição entre as próprias empresas, dentro do mesmo ramo, inclusive, que o sistema força ao enxugamento, cada vez maior, do custo do trabalho e da produção em geral, do rebaixamento ou encurtamento do poder aquisitivo do salário e da aceleração da produção.

Ele falava também que os trabalhadores fazem seus trabalhos com vontade, e até citou uma moça que estava curando pessoas enfermas, que disse não estar ali pelo dinheiro e, sim, pelo prazer de se sentir um ser humano melhor fazendo aquela atividade da qual ela gostava. É verdade, pois conhecemos exemplos maravilhosos de pessoas de todas as profissões e carreiras que se empenham de forma abnegada pela profissão e acham razão para viver justamente porque se realizam e se sentem úteis através do desempenho da sua atividade profissional. Na segurança pública entendemos que a maioria das pessoas que conhecemos e convivemos têm esse matiz, dedicam a própria vida e, às vezes, entregam a vida na defesa da sociedade.

Isso é fato, é objetivo. Não que uma pessoa queira, mas ela está numa profissão e, em determinados momentos, entende que precisa tomar atitudes, mesmo sabendo dos riscos que corre. Então, não tem como não homenagear essa gama, esse conjunto imenso de trabalhadores deste estado, deste país que tem essa abnegação, mas é necessário observar que a maioria dos trabalhadores catarinenses e brasileiros realiza aquilo que se chama na sociologia clássica marxista de trabalho alienado, ou seja, ele vende o tempo para ficar na fábrica e realiza aquela tarefa exigida pelo chefe e sequer pensa na

importância social daquilo que está fazendo e que, muitas vezes, nem é tão grande assim.

Nós temos aqui a campanha do *Maio Amarelo* pela prevenção aos acidentes e trânsito, que de fato é uma tragédia nacional e mundial. É verdade! E a gente adota esta campanha, no entanto, a lógica da sociedade atual não permite pensar outra forma de mobilidade que não seja priorizada pelo automóvel particular. E até aí não tem problema cada família ter o seu automóvel. O problema é que todas as pessoas precisam usar esse carro todos os dias para ir de casa para o trabalho ou de casa para a escola, porque não existe outro sistema de transporte mais racional na sociedade que seja viável, possível, que seja minimamente confortável e que possa, inclusive, ser mais rápido do que o automóvel e que seja mais barato e de preferência gratuito. Essa é uma bandeira que a gente precisa adotar e ainda não estamos falando da sociedade socialista. Isso ficaria em reformas dentro da sociedade atual e seria racional para o conjunto da sociedade, inclusive para os setores dominantes e para os empresários também.

Então, infelizmente, a maioria do trabalho é alienada e talvez até esteja a serviço de uma lógica destrutiva. E falei aqui da produção de automóveis, imagine se tivesse falado da produção de armas nucleares e outras. E o principal motor da indústria dos Estados Unidos, a maior economia do mundo é a indústria bélica, porque o estado compra armas para usar ou deixar estocada. Esse é um trabalho com certeza nada produtivo.

Por falar nos Estados Unidos, e não quero manifestar aqui uma posição anti-imperialista, deputado Ismael dos Santos, tanto o Dia do Trabalho quando o Dia da Mulher são datas construídas historicamente que fazem referência ao massacre contra trabalhadores e trabalhadoras nos Estados Unidos da América, que é referência de civilização para a humanidade ou pelo menos para o Ocidente. E essa mesma potência quer instituir essa mesma lógica também no Oriente. Então, é necessário que façamos uma reflexão sobre o tipo de sociedade e de trabalho que desenvolvemos.

Não quero terminar a semana porque ando com esse jornal *Diário Catarinense* de domingo, desde a segunda-feira, para ler uma nota na coluna Visor, do jornalista Rafael Martini, que dá uma no cravo e outra na ferradura. E vou ler:

“Pensando alto

A Justiça calcula em R\$ 109 mil o gasto com a mobilização de 455 policiais militares entre 23 de dezembro de 2013 e 21 de abril deste ano por conta da Ocupação Amarildo. Mas será que alguém arriscaria fazer uma estimativa das condições de vida das 15 mil famílias na fila de espera por moradia na Capital?”

Essa foi na ferradura, porque é fácil estabelecer valores de gasto com o movimento popular, mas isso precisa ser discutido e avaliado. E, sobre os custos sociais das 15 mil famílias que estão esperando há décadas por uma moradia, não se fala? Aliás, R\$ 109 mil é muito para quem ganha um salário mínimo ou dois. Mas temos neste estado, nos Poderes, há servidor que ganha mais do que isso em um único mês, mais do que o custo com os policiais militares para conter, ajudar, apoiar a Ocupação Amarildo.

São debates necessários e reflexões que precisamos fazer no Dia do Trabalho. Também neste estado existem pessoas pagas pelo erário que têm um salário maior do que o custo de 555 policiais para trabalhar durante quatro meses. Essa reflexão precisa vir para o debate e também nos meios de comunicação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e Rádio Alesc Digital.

Quero fazer um convite muito especial, porque acontece, hoje, a abertura do Rodeio Nacional nos Praianos, e em nome do nosso patrão, quero convidar toda a patronagem, toda a população, para essa festa de rodeios.

O Brasil, hoje, sabe que Santa Catarina é campeã do laço nacional. São 15 disputas em nível nacional e Santa Catarina foi 13 vezes campeã no laço. O nossos patrões, os peões e as prendas dão orgulho para o estado. Em todos os rodeios apenas existe segurança para cuidar dos carros e mais nada, porque é uma cultura do bem, sem brigas, é um evento muito bonito. Por isso, queremos fazer o convite para todos irem conhecer a estrutura dos Praianos, toda a patronagem, porque, com certeza, o município de São José através da sua prefeita, que foi minha secretária por seis anos, Eliana Dal Ponte, realizará um grande espetáculo.

Hoje não poderei estar na abertura, mas amanhã estarei em São José prestigiando. Hoje tenho compromisso em Tubarão, Sombrio e Armazém e pela manhã ainda tenho várias reuniões com as igrejas de Araranguá, na Cidade Alta, e depois, sim, retorno para São José para participar dessa grande festa. O meu assessor Rodrigo me representará hoje à noite.

Mas queria fazer mais um convite, pois esta semana será muito especial, tem a Festa da Padroeira de Araranguá, começou no início da semana. Domingo vai haver a procissão, sai às 15h com 50 mil pessoas. Quero parabenizar o padre Antônio Madeira que vem fazendo um trabalho muito lindo em Araranguá. Trouxe de volta os fiéis, a igreja está sempre lotada no domingo, trouxe ideias jovens, isso é importante. Então, fica o convite a todos parlamentares para que venham a Araranguá conhecer esta linda festa. No domingo é o dia mais especial da festa, porque é o dia da padroeira, Nossa Senhora Aparecida, senhora mãe dos homens. Venham orar, rezar, é importante ter fé, ter esperança, para fazer o bem.

Quero dizer que ficaríamos honrados se os parlamentares fossem prestigiar essa festa.

Por isso, sr. presidente, saio daqui vou numa reunião em Armazém, janto lá, volto a Tubarão, pois tenho um compromisso importante com o esporte lá, que é o Tubarão Futebol Clube. Depois vamos à noite, ainda, na Arraial Fest, grande festa, que hoje elege as rainhas. Vou chegar tarde, mas vou,

e amanhã cumpro a missão e depois retorno para cumprir agenda em São José.

Então, sinto-me tocado por esperança, garra, realização, vontade de servir e de levar os resultados que a população aguarda, pois o político que não leva resultados é um homem que passa batido, a sociedade não lembra. E eu cumpro missão levando resultados e esperanças para a região.

Por isso, hoje, temos superado todas as dificuldades, a exemplo do principal porto de Santa Catarina, que é o de Imbituba, onde atracam navios de 380m de comprimento; do aeroporto inaugurado, onde a TAM e a GOL já se inscreveram para assumir os vôos para todos os lugares do Brasil; e da BR-101, que apesar dos pipocar aqui do Morro dos Cavalos, vai indo bem e esse é o tripé do desenvolvimento.

E o sul vai viver um momento muito importante, sendo que a região sul tem uma unidade parlamentar de 20% deste Parlamento que joga num time só, em favor do desenvolvimento do sul do estado. Isso é uma das coisas mais lindas que participei até agora em todos os momentos. Uns tem seis mandatos, outros um, dois, três, não interessa isso, mas juntamos as forças para levar solução para a população que aguarda do político resultados que são fundamentais para gerar emprego, renda e qualidade de vida para as pessoas. É nessa direção que trabalhamos!

Por isso, sr. presidente, v.exa. que tem ligação e votação em Araranguá, tem que dar um pulinho naquela terra, pois ficarei orgulhoso, não tenho ciúmes de voto não, fico orgulhoso quando os companheiros vão lá, assim como o deputado Sargento Amauri Soares também está convidado. Quero deixar aqui os meus agradecimentos e encerro esta semana com trabalhos dedicados ao Parlamento e, agora, vamos cumprir missão da nossa região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -  
Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem aos 40 anos da Acafe.

Desejamos um bom feriado a todos os trabalhadores e trabalhadoras que nos assistem pela TVAL, bem como as nossas assessorias dos gabinetes e de Casa, desejando a benção de Deus a todos e que tenham uma boa-tarde.

Está encerrada a sessão.